

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.648 - SP (2019/0257047-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : SYLVIO WAGIH ABDALLA JÚNIOR
ADVOGADOS : FÁBIO MESQUITA RIBEIRO - SP071812
BRUNO GABRIEL BORGES DOS SANTOS - SP286044
GABRIELA ORPINELLI DE GODOY - SP258481
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : FABIO ANDRE FADIGA - SP139961
EVANDRO MARDULA - SP258368
VANESSA DE OLIVEIRA BRAGA - SP266877
BRUNA AMERICO SIQUEIRA - SP288680
LIDIA OLIVEIRA DORNA - SP330775
RICARDO AUGUSTO KAZUO OKUDA - SP368350

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO
INDENIZATÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO
JURISDICCIONAL PREVENTIVA. SÚMULA 284/STF.
INEXISTÊNCIA DE DEFEITO NO SERVIÇO E DE DANO
MORAL. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO
PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Sylvio Wagih Abdalla Júnior contra a decisão de fls. 218-220 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi deduzido em desafio aos acórdãos de fls. 151-155 e 173-176 (e-STJ), prolatados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementados:

CONTRATO BANCÁRIO - Indenização por danos morais - Saque em quantia elevada - Cliente antigo da instituição financeira - Levantamentos de valores elevados, anteriormente, por mera liberalidade da instituição financeira, não havendo obrigação legal que determine que o saque de R\$50.000,00 tenha que se dar no mesmo dia - Evento que, assim, não configura mais do que mero aborrecimento da vida, não chegando a ferir direito de personalidade - Precedente - Sentença mantida - Recurso desprovido e, por ser a sentença publicada já na vigência do NCPC, são majorados os honorários advocatícios de 10% para 15% do valor da causa (art. 85, § 11, do NCPC).

Superior Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Omissão e contradição - Contrato bancário - Indenização por danos morais - Saque no valor de R\$50.000,00 não liberado no mesmo dia - Atuação da instituição financeira com base em norma administrativa do Banco Central que não afronta a legislação consumerista - Levantamentos anteriores que se deram por mera liberalidade - Inexistência de agressão a direito de personalidade, o que repele a reparação almejada - Manifesto propósito infringente, ante o inconformismo pela decisão adotada - Embargos rejeitados.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 179-204), apontou o insurgente a existência de violação dos arts. 6º, III, e 14 do Código de Defesa do Consumidor; e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015. Sustentou, em síntese: i) a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; e ii) a existência de dano moral decorrente do defeito do serviço (informação insuficiente).

Contrarrazões às fls. 211-217 (e-STJ).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso sob os seguintes fundamentos: a) não ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; b) não demonstração da violação aos dispositivos arrolados; c) incidência da Súmula 7/STJ; e d) não comprovação do dissídio jurisprudencial.

Daí o presente agravo, no qual o insurgente contesta a aplicação dos óbices.

Contraminuta às fls. 254-257 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

De início, verifica-se que a alegação de negativa de prestação jurisdicional foi feita de forma preventiva/genérica, sem apontar, objetivamente, os pontos da demanda sobre os quais o Tribunal de origem teria deixado de se pronunciar.

Veja-se às fls. 201-202 (e-STJ):

57. Caso Vossas Excelências entendam que as matérias abordadas nos tópicos anteriores não foram devidamente apreciada pelos vv. acórdãos recorridos, ou, ainda, que não ocorreu o devido prequestionamento dos mencionados artigos de lei, o que só se admite em atenção ao princípio da eventualidade, de rigor, então, o reconhecimento da violação ao artigo 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil.

Superior Tribunal de Justiça

A alegação de negativa de prestação jurisdicional de forma preventiva/genérica faz incidir a Súmula 284/STF a impedir o conhecimento do recurso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. O recurso especial que indica violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova quando o tribunal de origem considerar substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Rever tal conclusão acarreta a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 211 do STJ.

4. A necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.140.214/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/2017, DJe 20/11/2017).

No mérito, contrariamente às teses do recorrente e com base em todo o acervo fático-probatório, concluiu o Tribunal local pela inexistência de defeito no serviço e que o ocorrido não configura dano moral indenizável.

Veja-se à fl. 154 (e-STJ):

A despeito da veemência com que se houve o recorrente em suas razões recursais, forçoso convir que razão não lhe assiste, uma vez que os saques anteriores, quando e se ocorreram, deram-se por mera liberalidade da instituição financeira, já que o art. 16 da Resolução Bacen nº 2.878/2001 não deixa dúvidas a respeito.

Sem desmerecer a sensibilidade do apelante e a conduta da instituição financeira, não houve prejuízo emocional na hipótese descrita com a extensão e a profundidade que justifiquem a compensação pecuniária postulada. Não houve demonstração de que o fato que serviu como fundamento ao pedido tenha causado tamanho abalo na pessoa do recorrente a ponto de exigir a mencionada

Superior Tribunal de Justiça

reparação. Não se nega ter havido decepção, em vista das relações decenais mantidas, mas o fato produziu apenas a sensação de desconforto ou aborrecimento, sem reflexos outros na personalidade moral que se traduza por dor intensa ou vexame.

Sendo assim, para o acolhimento das teses recursais de existência de defeito no serviço e ocorrência de dano moral indenizável, seria imprescindível derruir as conclusões contidas no *decisum* atacado, o que, forçosamente, demandaria nova incursão no conjunto fático-probatório, incidindo, na espécie, a Súmula 7 deste Tribunal Superior a impedir o conhecimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. MÓVEIS PLANEJADOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Inviável a análise do recurso especial quando dependente de reexame de matéria fática da lide (Súmula n. 7 do STJ).
2. Agravo regimental a que se nega provimento. (**AgRg no REsp 1.253.840/SP**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 21/09/2015).

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor dos advogados do recorrido em 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator